

ENTRE O TEMOR E A GUERRA: O GENOCÍDIO GENTIO DO GOVERNO MEM DE SÁ NA BAHIA COLONIAL. 1558-1572

Emmanuel Luiz Souza e Silva¹

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo analisar o governo de Mem de Sá (1558-1572), terceiro governador geral do Brasil, a partir das suas representações e as práticas utilizadas contra os gentios que viviam nas capitanias que integram o atual Estado da Bahia. Este Governador efetivou uma política de opressão e coerção para expandir e conquistar territórios na Bahia Colonial do século XVI. Pretendemos observar estas práticas e representações, como aponta Roger Chartier (1988), da população portuguesa naquele contexto histórico, avaliando como esta sociedade, que antes se via atemorizada e cercada pelos gentios, passou a efetivar sua presença em terras recém colonizadas.*

Palavras-chave: Violência; Mem de Sá; Bahia colonial; Catolicismo.

Pretendemos neste artigo analisar, por meio das práticas e representações do governo Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, entre 1558 e 1572, as relações da população portuguesa residente na colônia com os ameríndios que viviam na Bahia Colonial da época. Naquele contexto, o que entendemos como o território do atual estado da Bahia, era composto por três Capitanias: A Capitania de São Jorge de Ilhéus, Porto Seguro e a Bahia de Todos os Santos. (GANDAVO, 1980.p.70).

Para termos êxito nesta análise é necessário utilizar o conceito de representação proposto por Roger Chartier, para entendermos como os portugueses se utilizaram das suas visões de mundo para legitimar o discurso da inferioridade e gentilidade dos índios e para efetivar a dominação naquele território:

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela certeza, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta (CHARTIER,1991,p.1986).

Estas representações fizeram com que a população portuguesa, não tivesse remorso ou receio de por em prática a sua postura repressora, que, aos olhos dos seus contemporâneos era salvacionista e correta, em prol de uma melhor convivência em solo baiano, como afirma Roseli Fischmann:

o contato entre grupos humanos tem sido marcado pelo estranhamento do Outro [...] tomando cada grupo a si mesmo como padrão de verdade e os demais como os que devem se adaptar, mudando 'voluntariamente' ou por mero

¹ Mestrando em História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Centro de Pesquisas da Religião.(CPR). E-mail: emanoss@bol.com.br – Autor. Sob a orientação da professora Doutora Elizete da Silva. Agradeço à FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela bolsa de estudos concedida.

constrangimento e mesmo violência – tudo dependendo de quem disponha da força para garantir a submissão.(FISCHMANN,2005,p.1-2).

O período entre 1558 a 1570 ficou conhecido como uma das épocas onde ocorreram em maior número práticas violentas contra os gentios do Brasil no primeiro século da colonização. Isto se deu devido a uma campanha extrema e cruel de dominação e imposição de fundamentos considerados moralmente e socialmente justos, perante a Companhia de Jesus, que tinha como grande nome deste momento histórico o padre Manuel da Nóbrega e o governo geral, então representado pelo recém chegado em terras brasileiras Mem de Sá.

Este governo começou em meio a um clima de insegurança generalizada por parte da população branca portuguesa residente na Bahia colonial que entenderia os gentios, a proximidade com eles e seus costumes, como sendo prejudiciais e perigosos para uma tranqüila convivência em solo baiano.

Este clima de temor em que se encontrava a maioria a população, se dava por algumas situações ocorridas em terras brasileiras, onde os índios, praticando seus ritos ou como forma de defesa contra invasões externas, tiveram posturas que foram consideradas animais e selvícolas.

As visões acerca dos costumes dos indígenas seriam retratadas pelos portugueses contemporâneos aos fatos, como o padre Manuel da Nóbrega que assim descreveu com espanto os índios:

Mas é muito de se espantar ter dado tão boa terra tanto tempo a gente tão inculta, e que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus tem certo e qualquer, que lhe dizem, esse crêem [...] tem muitas mulheres enquanto se contentam delas e elas deles [...] Tem guerras uns com os outros, uma geração com outra geração [...] de maneira que todos entre si estão divididos [...] se matam algum na guerra trazem-no em pedaços e põem-no ao fumo e depois o comem com a mesma solenidade e festa, e tudo isto pelo ódio entranhável que tem uns aos outros.(NOBREGA,1955,p.48-49).

Dentro destas práticas, a antropofagia seria a mais repugnante, tendo em vista as representações de mundo da rarefeita sociedade portuguesa que então se instalava na Bahia. Estas cerimônias, onde os gentios dançavam e comemoravam suas vitórias contra tribos inimigas ou outros rituais como as idolatrias e adorações a seus deuses, seriam totalmente criticadas e observadas com maus olhos tanto pelos jesuítas, que queriam índios para realizar a catequese e dar resultados para o cristianismo, quanto pela administração colonial.

Na Bahia colonial, dentro das etnias indígenas existentes nesta capitania “se destacariam os tupinambás, que teriam maior projeção no litoral, os tupiniquins e aimorés ao sul, e os Pitiguaras, ao norte” (PINHO, 1968, p.21). Estas etnias distintas, tinham algumas especificidades na língua e em alguns costumes, o que lhes conferia estas diferentes nomeações. Em alguns momentos guerreavam entre si e os vencedores destas batalhas tinham como prêmio levarem os índios da etnia contrária como prisioneiros, sendo feitos escravos ou para serem comidos em rituais antropofágicos.

Estas diferenças entre etnias poderiam ser evidenciadas por um corte de cabelo, pela forma como se enfeitavam ou pela divisão de tarefas. Os portugueses ao manterem os primeiros

contatos com os gentios, percebendo que estes teriam costumes contrários aos que estariam acostumados na Europa, se sentiriam cercados por estes selvícolas, considerando que a cidade de Salvador teria sido fundada em 1549 e a população colonial deste período pouco avançava da costa para o sertão.

OS GENTIOS E OS GOVERNOS ANTERIORES (1549-1558)

Para entendermos como se encontrava a Bahia nesta época em que chegou o governador Mem de Sá é preciso verificar os dois governos antecedentes e as práticas repressivas que estes utilizaram para a dominação do gentio. Tomé de Souza ao embarcar em terras baianas encontrou um número muito reduzido de portugueses, “ao passo que somente havia cerca de 40 a 50 em meio a grande maioria de índios e mamelucos” (VARNHAGEN, 1981, p.239). Na sua esquadra trouxe mais alguns futuros colonos portugueses e um regimento datado de 1548 para ser seguido na cidade de Salvador, que estava para ser fundada, e nos seus arredores.

Neste regimento havia normas que deveriam ser postas em prática em diversas situações. Algumas normas favoráveis aos gentios, quando se estabeleceu a punição contra os colonos que buscassem índios para escravizar e em sua repressão na medida em que se instituiu que o governo, “para submeter os índios hostis aos portugueses, deveria destruir as aldeias, matando ou cativando rebeldes como castigo e exemplo” (VAINFAS, 1995, p.47).

O primeiro governador geral neste contexto não agiu de maneira extremista, sendo pouco violento contra os gentios, com relação aos seus sucessores, somente utilizando a violência quando ocorriam algumas atitudes por parte dos índios que pudessem fazê-lo perder o controle da administração colonial. Há exemplos desta postura, que foram relatadas pelo padre Manuel da Nóbrega nas suas cartas, que dizem respeito à portugueses que foram atacados pelos indígenas, agindo posteriormente o governador Tomé de Souza energicamente contra estes gentios.

Em uma de suas cartas enviadas para Coimbra, de Salvador, em 1549, escreveu que:

[...] Estando pois nestes termos, o inimigo da humana geração, que estas coisas sempre quer estovar, ordenou que sete ou oito léguas daqui matassem um cristão dos nossos sem nenhuma razão nem causa, o que nos pôs a todos em grande aventura de guerra, e tomavam-nos em mau tempo, desaparecidos, e mal fortalecidos. Mas o Senhor, que de mal sabe tirar bem, quis que os mesmos negros trouxessem o matador, e o entregaram ao governador e o puseram logo na boca de um tiro e foi feito em pedaços. Isto pôs muito medo a todos os outros, que presentes estavam. (NOBREGA, 1955, p.54-55).

Porém, mesmo com estas medidas punitivas, a população colonial portuguesa se encontrava em clima de tensão e receio pelo cerco gentio e o número reduzido de afins que viviam em Salvador e no seu entorno, “haja vista que a lembrança do ataque a Pereira Coutinho, seus engenhos de açúcar, a destruição das plantações e a sua morte” (SOUTHEY, 1965, p.67), ainda estava muito presente no escasso número de moradores que habitavam a Bahia neste período.

Para termos uma noção de como os índios eram vistos pelos portugueses e seus costumes observados de forma depreciativa, vejamos um trecho de um dos poemas do Jesuíta José de Anchieta, nomeado Feitos de Mem de Sá, contemporâneo aos fatos:

Envolta, há séculos, no horror da escuridão idolátrica, houve nas terras do Sul uma nação que dobrava a cabeça ao jugo do tirano infernal, e levava uma vida vazia na luz divina. Imersa na triste miséria, soberba, desenfreada, cruel, atroz, sanguinária, mestra em trespassar a vítima com a seta ligeira, mais feroz do que o tigre, mais voraz do que o lobo, mais assanhada que o lebréu, mais audaz que o leão, saciava o ávido ventre com carnes humanas. (ANCHIETA, 1970, livro I, versos 29-40).

Posterior ao governo de Tomé de Souza, Duarte da Costa assumiu o governo geral. Na sua administração, que abrange o período entre 1555 a 1558, as atitudes tomadas com relação aos índios atravessou um período de transição, de uma época com poucas retaliações, para o começo de uma política mais rígida contra os gentios. Algumas batalhas começaram a ser realizadas neste contexto, onde gradativamente a população branca passou a ganhar um pouco mais de espaço, em meio ao cerco que estariam fazendo os indígenas.

Álvaro da Costa, filho do governador, contribuiu para estas investidas contra os índios, na medida em que, no seu comando, ocorreram ataques a algumas aldeias nos arredores de Salvador, o incêndio de cinco aldeias que havia nas mediações do Rio Vermelho e alguns meses depois “a destruição de treze aldeias vizinhas da capital, levando a morte de aproximadamente três mil ameríndios” (VAINFAS, 1995, p.47).

Com relação as leis que seriam aplicadas, visando meios de estabelecer o gentio à sua maneira cristã de viver, Duarte da Costa estabeleceu a proibição de se comer carne humana, porém, não foi tão enérgico nas punições contra quem infligisse esta lei, uma vez que demarcou uma distância não tão expressiva para ser cumprida, salientando a pouca fiscalização que haveria em terras muito distantes da capital da colônia.

Neste governo, onde o medo estava ainda presente na maioria da população, foi o período em que se começou, a lentos passos, uma enérgica e sanguinária campanha de sujeição dos gentios, através das guerras efetivamente realizadas com Mem de Sá e apoiadas pela Companhia de Jesus através de Manuel da Nóbrega que afirmava que: “se hé licito fazer guerra a este gentio e cativa-los [...] por todas as vias”. (NOBREGA, 1955, p.146).

MEM DE SÁ E A GUERRA CONTRA OS GENTIOS

O número de portugueses residentes na Bahia aumentou e o desejo de busca por novos territórios e novas fontes de riqueza parecia estar presente em grande parte deste contingente, porém, mesmo com dez anos da fundação da cidade de Salvador, o recôncavo baiano era pouco explorado e os índios ainda representariam uma ameaça a estas ambições, a partir do momento em que continuavam com seus costumes e ocupavam áreas que poderiam ser produtivas para a efetivação do projeto colonizador.

Com a chegada de Mem de Sá, tendo em vista os presságios dos religiosos que habitavam Salvador, uma época de mudança estava por vir, onde os cristãos se sentiriam tranquilos e em paz para dar continuidade à colonização sem o possível perigo dos “selvagens”. O governador embarcou em solo baiano e trouxe consigo uma série de instruções de Portugal, visando práticas mais eficazes contra os gentios, para fazê-los aceitar a fé cristã como a mais correta, uma vez que

“esta gentilidade nenhuma coisa adora, nem conhecem a deus, somente aos trovões chamam tupana, que é como quem diz coisa divina” (NOBREGA, 1955, p.62).

Já no período inicial do seu governo foi possível vislumbrar algumas mudanças com relação aos governos passados, pois Mem de Sá começou a sua administração colocando em funcionamento grande parte destas medidas a ele confiadas, sendo bastante eficaz no seu fazer cumprir, “castigando com penas graves e justas os públicos crimes” (ANCHIETA, 1970, livro II, vr. 35).

Nestas medidas estariam proibidos inúmeros costumes e práticas que eram cotidianamente realizadas pelos gentios, objetivando a conversão, sendo que estas seriam cumpridas pacificamente, se não houvesse resistência, ou por meio de guerra. Seguindo esta lógica:

A lei, que lhes não de dar, e defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois tem muito algodão [...] tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos, fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte .Isto começou a executar D. Duarte e agora Mem de Sá o faz com maior liberdade pelo regimento que trouxe de El-Rei.(NOBREGA,1955,p.282-283).

Os gentios não foram passivos a estas imposições, uma vez que interferiam em suas crenças e costumes de forma profunda. Com instruções para fazê-las obedecer, qualquer que fosse o meio utilizado, o então Governador Geral se utilizou da violência e de sangrentas guerras para conseguir alcançar o seu intento. Os não cumpridores destas leis foram punidos com rigor, como um chefe gentio que vivia na Ilha de Curupeba, atual ilha de Madre de Deus, que depois das ordens terem sido apresentadas, matou e comeu fazendo as suas celebrações, um dos seus escravos, conseguido através de guerras com etnias contrárias.

Ao saber desta infração, Mem de Sá mandou Vasco Rodrigues de Caldas, que era um dos responsáveis por esta fiscalização, com mais alguns homens buscá-lo a força. Acabaram por trazê-lo, acompanhado dos filhos, permanecendo o chefe preso pelo período de um ano, sendo que, ao sair já estava completamente passivo perante a força do governador. Esta demonstração de poder, inicialmente demonstrada, não foi observada pela maioria da população branca na Bahia de forma positiva. Eles tinham receio do poder combativo dos gentios e das respectivas reações, se estas ofensivas não surtiram efeito.

Um dos méritos de Mem de Sá, dentro das suas perspectivas, foi estabelecer “fecunda colaboração entre os dois fatores de progresso, o leigo e o missionário”. (Prado, 1948, p.76). Pois o governador tinha uma ligação muito forte com a religião católica, sendo muito devoto e querendo auxiliar, no que fosse possível, para uma eficaz catequização dos gentios. Uma das medidas que ele realizou para colaborar com as missões jesuíticas foi a união de quatro aldeias com etnias distintas em uma mesma localidade, sem se importar com as rivalidades existentes entre elas, pois, para o governador, tudo valia para a sujeição e conversão:

Decidido assim a impor nova ordem, novos costumes, o magnânimo chefe manda construir quatro aldeias de amplo circuito, nas quais se reúnam todos os índios das tabas em derredor e onde aprendam aos poucos de coração já manso, as leis santas de cristo (ANCHIETA, 1970, livro II, vrs. 233-237).

A Companhia de Jesus, também era a favor da sujeição dos gentios, pois esta acabaria por ajudar na expansão territorial dos portugueses na colônia, na medida em que as barreiras selvícolas não seriam mais um problema para o desenvolvimento das terras baianas, contribuindo para um crescimento colonial, como observamos em uma das cartas de Manuel da Nóbrega enviada para Lisboa em 1558:

Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado [...] Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrupulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados por guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios e a terra se povoara e Nosso Senhor ganhara muitas almas e S.A terá muita renda nesta terra. (NOBREGA, 1955, p.280).

Foi embasado nesta visão que o Governador começou a sua campanha de guerras e massacres contra os índios, destruindo inúmeras aldeias e matando milhares de contrários aos seus projetos. Nestas guerras podemos destacar a de Paraguaçu e a de Ilhéus. A de Paraguaçu auxiliou na consolidação e ampliação da área de sujeição dos gentios. Os índios dentro de todas estas regras impostas, não obedeceram a uma intimação para que restituíssem alguns escravos africanos e barcos que eles teriam se apoderado. Esta recusa custou muito caro aos indígenas que viviam nesta localidade, pois, Vasco Rodrigues de Caldas foi ao seu encontro com mais alguns portugueses, visando uma severa punição.

Esta meta foi cumprida a contento. Foram destruídas mais de cem aldeias, a maioria dos índios presentes foram assassinados, sendo que, do lado português, não haviam perdido nenhum dos cristãos no combate. Os gentios sobreviventes se dirigiram até Mem de Sá pedindo paz e alguns foram feitos escravos. Em Ilhéus o governador foi pessoalmente para auxiliar no combate de uma resistência indígena, onde os contrários tinham feito um cerco contra os portugueses residentes na capitania, deixando os habitantes em pânico, “abandonando engenhos e se alimentando somente de laranjas” (VARNHAGEN, 1981,p.303) que conseguiram em alguns quintais onde ficaram abrigados.

Acompanhado de Vasco Rodrigues de Caldas, e mais alguns portugueses,devidamente armados, chegou ao local pela noite e se aproveitou da escuridão para se aproximar, sem ser percebido, pegando assim os índios de surpresa. A derradeira batalha aconteceu no mar, sob fuga, onde os gentios, após uma emboscada dos portugueses, foram a nado tentar fugir, sendo inútil esta tentativa. Outro massacre se configurou nesta capitania, com a morte de um grande número de indígenas.

CONCLUSÃO

Podemos observar que Mem de Sá acabou por trazer um desenvolvimento para a Bahia, na medida em que concedeu sesmarias, expandiu áreas que antes não eram habitadas, como o recôncavo e a entrada de Paraguaçu, alargando por léguas o território baiano, porém, como resultado destas metas e para obtê-las, a vida de muitos indígenas foram sacrificadas, aldeias dizimadas, queimadas, e ocorreu um grande êxodo dos gentios restantes para os sertões:

Com o gentio sendo reconhecido como inferior culturalmente e animalizado, os colonizadores tinham vários motivos, e para eles missões a cumprir, de salvarem estes “selvícolas”, conseqüentemente salvando as terras recém-

conquistadas dos poderes maléficos que por ventura estivessem no território. Não podemos esquecer também que os índios não foram submissos a tais imposições: lutaram, resistiram e em alguns casos migraram para longe da costa marítima, deixando seus antigos lugares de origem. (SILVA, 2007, p.4).

Os gentios que antes tinham seus costumes, suas adorações, o seu cotidiano de tarefas e a suas escolhas, se viram tendo que obedecer a regras e em pouco tempo desfazer-se de todo o seu passado em prol de uma religião que não lhes era familiar e do desenvolvimento colonial. Os portugueses que antes se sentiam oprimidos, passam então a ser os controladores da situação, e a utilizar esta força e violência não somente para a catequese, mas para escravizá-los.

No decorrer de sua administração o derramamento de sangue indígena não cessou, perfazendo um dos períodos mais violentos da história colonial baiana do século XVI, onde, por meio da força e de imposições, os portugueses conseguiram enfim o que objetivavam: a relativa paz, e o medo que antes era elemento decisivo de convivência, se converteu em abusos de poder e em uma forçada conversão. A resistência foi sendo vencida, e aos poucos, os focos de desobediência encontrados foram sendo sufocados, servindo assim de exemplo para os outros indígenas do poder soberano do governador e da população portuguesa.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Feitos de Mem de Sá**. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1988.

———. O Mundo como Representação. In: **Revista Estudos Avançados**. 11(5),1991.

FISCHMANN, Roseli. Diversidade, um paradigma do viver. **Nova Página Web da Fundação BankBoston**, São Paulo, p.1- 2, 01 Dez. 2005.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1980.

NOBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.

PINHO, Wanderley. **História Social da Cidade do Salvador: Aspectos da História Social da Cidade. 1549-1650**. Salvador, Publicações da Prefeitura Municipal, 1968.

PRADO, J.F. de Almeida. **A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530-1626)**. Tomo 2, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948.

SILVA, Emãnuel Luiz Souza e. Catolicismo e Etnia na Bahia Colonial Seiscentista. In: **Anais do Encontro Regional dos Estudantes de História**, EREH, Salvador, 2007.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. São Paulo, Obelisco Limitada, 1965. Vol.1.



VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brasil**. São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. Vol.1.